

**Recibo Eletrônico de Protocolo - 11755156**

**Usuário Externo (signatário):** LUCIA LADISLAVA WITCZAK  
**IP utilizado:** 200.203.38.92  
**Data e Horário:** 12/11/2020 16:47:02  
**Tipo de Peticionamento:** Processo Novo  
**Número do Processo:** 10264.108803/2020-16

**Interessados:**

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):****- Documento Principal:**

- Requerimento REQUERIMENTO MR017534-2020 11755150

**- Documentos Complementares:**

- Complemento Procuração Sindicato Patronal 11755154

- Complemento Procuração Sindicato Profissional 11755155

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério da Economia.

## AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

### REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Nº DA SOLICITAÇÃO: MR017534/2020

**SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA**, CNPJ n. 97.763.494/0001-06, localizado(a) à Rua General Frota - até 2425/2426, 2105, Centro, Taquara/RS, CEP 95600-024, representado(a), neste ato, por seu(s) PROCURADOR(ES), Sr(a). LUCIA LADISLAVA WITCZAK, CPF n. 012.611.350-59, conforme procuração para este fim anexada ao presente documento e deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 20/04/2018 no município de Taquara/RS;

**E**  
**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA**, CNPJ n. 91.110.585/0001-58, localizado(a) à Rua Alfredo Felipe Kraemer, 424, prédio, Petrópolis, Taquara/RS, CEP 95600-000, representado(a), neste ato, por seu(s) PROCURADOR(ES), Sr(a). ELVIO DE OLIVEIRA VARGAS, CPF n. 430.572.090-68, conforme procuração para este fim anexada ao presente documento e deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 06/02/2020 no município de Taquara/RS;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 16, de 2013, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério da Economia, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR017534/2020, na data de 12/11/2020, às 11:00.

Taquara, 12 de novembro de 2020.

LUCIA LADISLAVA WITCZAK  
Procurador

**SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA**

ELVIO DE OLIVEIRA VARGAS  
Procurador

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA**

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2022

**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR017534/2020

**DATA E HORÁRIO DA TRANSMISSÃO:** 12/11/2020 ÀS 11:00

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA, CNPJ n. 97.763.494/0001-06, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). LUCIA LADISLAVA WITCZAK;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA, CNPJ n. 91.110.585/0001-58, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ELVIO DE OLIVEIRA VARGAS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **empregados no comércio**, com abrangência territorial em **Taquara/RS**.

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIOS MÍNIMOS PROFISSIONAIS

#### I – Empresas em Geral

**I.1)** Ficam mantidos os salários mínimos profissionais instituídos em **1º de março de 2019, no período de 1º de março de 2020 a 31 de outubro de 2020**, nos seguintes valores:

**A) Empregados que percebem exclusivamente comissões ou salários mistos (fixo + comissões):** R\$ 1.324,00 (um mil trezentos e vinte quatro reais);

**B) Empregados que percebem salário fixo:** R\$ 1.303,00 (um mil trezentos e três reais);

**C) Encarregado de serviço de limpeza, aprendiz e “office-boy”:** R\$ 1.274,00 (um mil duzentos e setenta e quatro reais);

**I.2)** A partir de **1º de novembro de 2020**, ficam ajustados os seguintes salários mínimos profissionais:

**A) Empregados que percebem exclusivamente comissões ou salários mistos (fixo + comissões):** R\$ 1.375,00,00 (um mil trezentos e vinte quatro reais);

**B) Empregados que percebem salário fixo:** R\$ 1.354,00 (um mil trezentos e cinquenta e quatro reais);

**C) Encarregado de serviço de limpeza, aprendiz e “office-boy”:** R\$ 1.324,00 (um mil trezentos e vinte quatro reais).

**II – Empresas que tenham como atividade principal uma das a seguir relacionadas** - a) comércio varejista de material de construção, b) comércio varejista de eletrodomésticos, e c) comércio varejista de computadores, notebooks, laptops e produtos de informática

Os valores dos salários mínimos profissionais, **a partir de 1º de março de 2020**, são os seguintes:

**A) Empregados que percebem exclusivamente comissões ou salários mistos (fixo + comissões):** R\$ 1.375,00 (um mil trezentos e setenta e cinco reais);

**B) Empregados que percebem salário fixo:** R\$ 1.354,00 (um mil trezentos e cinquenta e quatro reais);

**C) Encarregado de serviço de limpeza, aprendiz e “office-boy”:** R\$ 1.324,00 (um mil trezentos e vinte quatro reais).

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os valores fixados no caput somente são devidos após 30 dias de trabalho efetivo na empresa.

#### Reajustes/Correções Salariais

#### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL 2020

**Os salários dos empregados representados pela entidade profissional acordante serão majorados conforme segue:**

##### **A – Empresas em Geral:**

Em 1º de novembro de 2020 no percentual de 3,92% (três inteiros e noventa e dois centésimos por cento), a incidir sobre os salários percebidos em 1º de março de 2019.

**B – Empresas que tenham como atividade principal uma das a seguir relacionadas:** a) comércio varejista de material de construção, b) comércio varejista de eletrodomésticos, e c) comércio varejista de computadores, notebooks, laptops e produtos de informática:

Em 1º de março de 2020 no percentual de 3,92% (três inteiros e noventa e dois centésimos por cento), a incidir sobre os salários percebidos em 1º de março de 2019.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A taxa de reajustamento do salário do empregado que haja ingressado na empresa após a data-base será proporcional ao tempo de serviço e terá como limite o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até 12 (doze) meses antes da data-base. Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base da categoria, será adotado o critério proporcional ao tempo de serviço, com adição ao salário de admissão, conforme tabela abaixo:

<b>Admissão</b>	<b>Reajuste</b>
MARÇO de 2019	3,92%
ABRIL de 2019	3,13%
MAIO de 2019	2,51%
JUNHO de 2019	2,36%
JULHO de 2019	2,35%
AGOSTO de 2019	2,25%
SETEMBRO de 2019	2,17%
OUTUBRO de 2019	2,17%
NOVEMBRO de 2019	2,13%
DEZEMBRO de 2019	1,58%
JANEIRO de 2020	0,36%
FEVEREIRO de 2020	0,17%

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Poderão ser compensados nos reajustes previstos no caput os aumentos salariais, espontâneos ou coercitivos, concedidos durante o prazo de vigência da convenção coletiva anterior e até a data prevista para o reajuste salarial no presente instrumento, exceto os provenientes de término de aprendizagem; implemento de idade; promoção por antiguidade ou merecimento; transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade; e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DIFERENÇAS SALARIAIS**

As diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão pagas na forma de abono, sem repercussão nas parcelas de natureza salarial e deverão ser satisfeitas, em até duas parcelas, a serem pagas nas folhas de pagamento dos meses de janeiro e fevereiro de 2021, podendo ser antecipada pelas empresas, a seu critério.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Em caso de determinação pelas autoridades constituídas, sejam municipais, estaduais ou federais, da interrupção do atendimento de público nos estabelecimentos comerciais em razão da Pandemia provocada pelo COVID-19, ficará suspenso o pagamento das diferenças, que serão satisfeitas junto com a folha de pagamento do mês de retorno das atividades.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO ABONO COMPENSATÓRIO**

Os empregados das empresas em geral que somente em novembro de 2020 tiverem seus salários reajustados pelo índice de variação do INPC no período revisando terão direito ao pagamento de abono compensatório equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor que faria jus, caso o salário fosse reajustado em 1º março de 2020 no percentual de 3,92%.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

## **CLÁUSULA SÉTIMA - ENVELOPES DE PAGAMENTO**

O empregador fica obrigado a fornecer a seus empregados, no ato do pagamento dos salários, discriminativo de pagamentos e descontos efetuados, através de cópia dos recibos ou envelopes de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - ANOTAÇÃO DAS COMISSÕES**

Os empregadores que remunerarem os seus empregados a base de comissões, ficam obrigados a anotar na CTPS dos mesmos ou em contrato individual o percentual a ser aplicado para o cálculo das comissões.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Caso seja impraticável o cumprimento do disposto no caput, face a grande diversidade de percentuais, as empresas poderão substituir a anotação na CTPS ou contrato pela entrega ao empregado da tabela de comissões.

## **CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS**

O empregador será obrigado a efetuar o pagamento de salários, horas extras e comissões em uma única vez, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

### **Isonomia Salarial**

## **CLÁUSULA DÉCIMA - IGUALDADE SALARIAL**

Não poderá haver desigualdade entre homens e mulheres que prestam serviços ao mesmo empregador, exercendo função idêntica, com o mesmo tempo de serviço.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ISONOMIA SALARIAL**

Admitido empregado para função de outro dispensado, sem justa causa, será garantido aquele salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

#### **Descontos Salariais**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MERCADORIAS DEVOLVIDAS**

O empregador não poderá descontar ou estornar da remuneração das comissões dos empregados valores relativos a mercadorias devolvidas pelo cliente, após a efetivação da venda, desde que cumpridas as normas internas para as mesmas, que deverão ser de prévio conhecimento do vendedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DESCONTOS DE CHEQUES**

As empresas não poderão descontar de seus empregados que exerçam funções de caixa ou equivalente, valores relativos a cheques sem coberturas ou fraudulentamente emitidos, desde que cumpridas as formalidades exigidas pelo empregador para a aceitação de cheques, as quais deverão constar de um documento com a ciência prévia do empregado, que receberá cópia do mesmo. A inexistência da ciência do empregado no documento impossibilitará o desconto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ATRASO AO SERVIÇO**

As empresas não descontarão o repouso semanal remunerado ou feriado do empregado, quando o mesmo, apresentando-se atrasado, for admitido ao serviço naquele dia.

## **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RECOLHIMENTO DO FGTS**

As empresas recolherão o FGTS, com base no total da remuneração do empregado, devendo entregar aos mesmos os extratos fornecidos pelo banco.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Gratificação de Função**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - QUEBRA DE CAIXA**

É concedida uma gratificação á título de QUEBRA DE CAIXA a todos os empregados que exercem a função de caixa, exclusivamente, no valor de 10% (dez por cento), do salário efetivamente percebido, ficando ajustado, porém, que dito valor não fará parte integrante do salário do empregado para qualquer efeito.

#### **Adicional de Tempo de Serviço**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - QUINQUÊNIO**

Fica assegurado aos integrantes da categoria profissional um adicional de 3% (três por cento) para cada cinco anos de trabalho efetivo, ininterrupto, para o mesmo empregador, a qual incidirá sobre o salário efetivamente percebido pelo empregado, ficando esclarecido que para os empregados que recebem salário fixo e comissão, o adicional incidirá sobre o total percebido (salário fixo + comissão).

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O tempo de serviço do empregado demitido e readmitido em menos de 30 (trinta) dias pelo mesmo empregador será considerado para fins de pagamento do quinquênio, como ininterrupto.

#### **Comissões**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMISSIONISTA**



#### **a) HORA EXTRA**

A remuneração da hora extra do comissionista terá por base o valor das comissões auferidas no mês, dividido pelo total de horas normais trabalhadas, acrescentando-se ao resultado o adicional de horas extras.

#### **b) REPOUSO SEMANAL**

Fica assegurado ao empregado comissionista o valor do seu repouso semanal remunerado, além da remuneração já ajustada, o qual será calculado tendo por base de cálculo o total das comissões auferidas no mês dividido pelos dias trabalhados pelo empregado e multiplicado pelos domingos e feriados a que fizer jus.

#### **c) FALTAS E ATESTADOS MÉDICOS**

Para os empregados que recebem apenas comissão, os dias de faltas justificadas ou não, e os atestados médicos, serão descontados ou pagos, com base de cálculo do total das comissões auferidas no mês, divididos pelos dias trabalhados pelo empregado, e multiplicando pelo total dos mesmos.

#### **d) AVISO PRÉVIO/GRATIFICAÇÃO NATALINA/FÉRIAS**

O **aviso prévio**, a **gratificação natalina** e as **férias vencidas** (gozadas ou indenizadas), e as **férias proporcionais** (paga quando da rescisão contratual), serão calculados com base na média aritmética das comissões percebidas nos últimos doze meses anteriores, devidamente atualizadas mês a mês, pela variação do INPC entre o mês a que se referem as comissões e o mês anterior ao da satisfação da parcela.

### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

As importâncias pagas pelo empregador a seus empregados, a título de auxílio-alimentação, não integrarão o salário dos mesmos, para quaisquer efeitos legais.

### **Auxílio Educação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - AUXÍLIO ESCOLAR**

O empregador fica obrigado a pagar aos seus empregados matriculados em cursos oficiais de 1º a 3º graus um auxílio-escolar, anual, em quantia equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário normativo dos empregados mencionados na cláusula terceira, nos item I e II, alínea 'B',

desta Convenção Coletiva de Trabalho, desde que comprovada a frequência ao curso, ficando acertado, porém, que dita importância não fará parte integrante do salário dos mesmos, para qualquer efeito legal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O valor total do auxílio estabelecido no caput, referente a data base de 2020 deverá ser pago, em até três parcelas, nos meses de abril, maio e junho 2021. Já o referente a da base de 2021, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ficam isentos do pagamento referido no caput os empregadores que mantém tal tipo de auxílio a seus empregados, garantido, no entanto, o valor mínimo acima acordado. Afora isto, o empregado que tenha o seu contrato de trabalho rescindido e que já tenha recebido o auxílio escolar não fará jus a novo pagamento de empregador diverso que por ventura venha o admitir.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO CRECHE**

As empregadas mães, que tenham filhos de até 06 (seis) anos de idade completos, terão direito a um auxílio creche mensal equivalente a 10% (dez por cento) do salário normativo dos empregados enquadrados na cláusula terceira, nos item I e II, alínea 'B', desta Convenção Coletiva de Trabalho, por filho, mediante a comprovação de matrícula e de frequência em escola de educação infantil ou creche, ficando ajustado que dito valor não fará parte integrante do salário do empregado, para qualquer efeito legal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Ficam isentos do pagamento referido no caput as empresas que mantenham creches próprias ou conveniadas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O auxílio creche não será devido as empregadas durante o período de gozo do auxílio maternidade.

#### **Auxílio Morte/Funeral**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL**

Em caso de falecimento de empregado, pagará a empresa aos beneficiários do mesmo, um auxílio funeral equivalente a dois salários normativos da função por ele exercida, vigente, à época do fato, ficando, no entanto, dispensadas de tal pagamento as empresas que mantiverem seguro de vida em grupo para os seus empregados.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Normas para Admissão/Contratação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PERÍODO EXPERIMENTAL**

O contrato de experiência não poderá ser celebrado por prazo inferior a 15 (quinze) dias, devendo as empresas fornecer cópia do mesmo, quando da admissão.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO**

As empresas ficam obrigadas a promover a anotação na CTPS do empregado da função exercida no estabelecimento.

### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PAGAMENTOS EM SEXTAS FEIRAS**

O pagamento de salário ou rescisão contratual, quando em sexta-feira ou véspera de feriado, deverá ser feito em moeda corrente nacional ou através de depósito bancário.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - JUSTA CAUSA**

O empregador fica obrigado, em caso de rescisão por justa causa, fornecer aos empregados demitidos, quando solicitado, documento que especifique a falta grave que teria motivado a respectiva despedida.

### **Aviso Prévio**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - AVISO PRÉVIO**

- a) Aos empregados integrantes da categoria, fica assegurado, um aviso prévio de 30 (trinta) dias, com um acréscimo de 05 dias resultantes da soma dos 03 (três) dias estabelecidos na legislação vigente (Lei 12.506/2011), com 02 (dois) dias, estabelecido pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, a serem pagos por ano de trabalho ou fração igual ou superior a 06 meses, até o máximo de 60 (sessenta dias), perfazendo um total de 90 (noventa) dias.
- b) O acréscimo de dias descrito na alínea 'a' só será devido pelo empregador se a demissão for efetuada por este.
- c) Se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, poderá o empregado, durante o aviso prévio, optar pela redução de 02 (duas) horas no início ou no fim da jornada de trabalho.
- d) Os empregadores que exigirem de seus empregados o cumprimento do aviso prévio sem comparecimento ao trabalho, deverão fazê-lo por escrito.
- e) O empregado que, em cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador, provar a obtenção de outro emprego, terá direito de se desligar da empresa de imediato, percebendo os dias trabalhados no curso do aviso prévio, sem prejuízo das parcelas rescisórias.
- f) Ficam proibidas alterações das condições de trabalho, inclusive no local do mesmo, durante o aviso prévio, dado por qualquer das partes, salvo em caso de reversão ao cargo efetivo de empregado que exercer cargo de confiança, sob pena de rescisão imediata do contrato de trabalho, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio.

#### **Outros grupos específicos**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO**

As empresas fornecerão a seus empregados a cópia do contrato de trabalho, desde que o mesmo não se possa conter por inteiro nas anotações da CTPS.

#### **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - RELAÇÃO DE SALÁRIOS**

Quando requerido, o empregador fica obrigado a entregar ao empregado demitido a relação dos seus salários durante o período trabalhado ou incorporado no Atestado de Afastamento e salários (AAS), de acordo com o formulário oficial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o vencimento do aviso prévio.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - IMPOSTO DE RENDA**

É obrigação do empregador fornecer a seus empregados, no caso de rescisão de contrato, a informação anual de rendimentos, para fins de imposto de renda.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Ferramentas e Equipamentos de Trabalho**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ASSENTOS E LOCAIS PARA REFEIÇÕES**

É obrigação do empregador colocar assentos nos locais de trabalho, para uso dos empregados que tenham por atividade o atendimento ao público. Deverão, ainda, manter, quando não dispensarem seus empregados pelo período necessário para fazerem o lanche ou a refeição, local apropriado e em condições de higiene para tal.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MAQUIAGEM**

As empresas que exigirem que as empregadas trabalhem maquiadas fornecerão o material necessário, adequado à tez da funcionária.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORMES**

O empregador, que exija o uso de uniforme, ficará obrigado ao fornecimento deste, gratuitamente, em quantidade total de 2 (dois) por ano.

**PARÁGRAFO ÚNICO-** Todo o uniforme fornecido além daqueles mencionados no caput serão cobrados dos empregados, cujo valor correspondente será descontado em folha de pagamento.

### **Estabilidade Mãe**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EMPREGADA GESTANTE**

Estabilidade provisória da empregada gestante até 60 (sessenta) dias após o término da licença legal previdenciária, garantido o prazo constitucionalmente assegurado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A empregada que, quando demitida, julgar estar em estado gravídico, deverá apresentar-se à empregadora para ser readmitida, se for o caso, até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a concessão do aviso prévio, sob pena de nada mais poder postular em termos de readmissão, reintegração, salários correspondentes, salário maternidade ou garantia provisória de emprego, entendendo-se a última inexistente após o prazo máximo antes previsto.

#### **Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ACIDENTE DE TRABALHO/ESTABILIDADE PROVISÓRIA**

Assegura-se ao empregado, que vier a sofrer acidente de trabalho, o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após o encerramento do auxílio doença.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para que ocorra a concessão da estabilidade referida acima é necessário o funcionário ter ficado afastado mais de 15 dias e ter recebido o auxílio doença.

#### **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONFERÊNCIA DO CAIXA**

O empregador fica obrigado a proceder a conferência do caixa à vista do empregado por ele responsável, sob pena de não lhes serem facultadas quaisquer posteriores compensações por eventuais diferenças.

#### **Outras normas de pessoal**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DEVOLUÇÃO DA CTPS**

As empresas devolverão a CTPS do empregado, devidamente anotada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua entrega ao empregador.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS**

O EMPREGADOR deverá fornecer aos empregados o comprovante de recebimento de quaisquer documentos que por estes lhes sejam entregues, desde que solicitados.

### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Prorrogação/Redução de Jornada**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - HORAS EXTRAS**

As horas extras serão remuneradas com um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras e as excedentes com um acréscimo de 100% (cem por cento).

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - BALANÇOS E INVENTÁRIOS**

Quando a empresa realizar balanços ou inventários, deverá fazê-lo dentro do horário normal do trabalho, ou, quando realizadas fora do mesmo, as horas correspondentes deverão ser pagas com os adicionais previstos nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONFERÊNCIA DE CAIXA - HORAS EXTRAS**

As horas dispendidas na conferência de caixa, quando realizadas após a jornada normal de trabalho, deverão ser consideradas como extraordinárias.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - EMPREGADO ESTUDANTE**

O empregado estudante poderá não aceitar a prestação de trabalho em horário extraordinário, se tal vier a prejudicar lhe a frequência às aulas e/ou exames escolares.

## **Compensação de Jornada**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - COMPENSAÇÃO DE HORAS**

O empregador fica autorizado a ultrapassar a duração normal diária de trabalho, respeitado o limite diário e semanal legal, visando a compensação de horas não trabalhadas, sem que este acréscimo seja considerado como trabalho extraordinário, respeitada a seguinte sistemática.

- a) O número máximo de horas a serem compensadas, dentro do período de 90 (noventa) dias, será de 90 (noventa) horas por empregado.
- b) As horas excedentes ao limite previsto na letra 'a' serão pagas com o adicional de horas extras previsto na presente Convenção Coletiva de Trabalho.
- c) Caso o Empregador dispense o Empregado do trabalho em algum dia ou parte dele, as horas correspondentes deverão ser pagas normalmente no mês da dispensa ficando, no entanto, este com um saldo devedor de horas, que será compensado com eventual saldo credor de horas.
- d) A compensação dar-se-á sempre de segunda feira a sábado.
- e) Em caso de rescisão contratual, por iniciativa do empregado, antes do fechamento do período estipulado na letra 'a', eventual débito de horas do mesmo para com o empregador será descontado das parcelas rescisórias que o mesmo tenha direito. Eventual crédito a seu favor será pago, com o acréscimo previsto na presente Convenção Coletiva de Trabalho.
- f) Na hipótese em que a rescisão do contrato de trabalho for da iniciativa do empregador, antes do fechamento do período mencionado na letra 'a', eventual débito de horas do empregado não poderá ser descontado do mesmo e eventual crédito a seu favor será pago, com acréscimo previsto na presente Convenção Coletiva de Trabalho, juntamente com as parcelas rescisórias.
- g) A faculdade estabelecida "caput" aplica-se a todas as atividades, inclusive aquelas consideradas insalubres, excetuadas as gestantes em locais insalubres, independentemente da autorização a que se refere o artigo 60 da CLT. O sindicato profissional acordante, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa informações referente ao acompanhamento médico dos empregados que realizam jornada compensatória em atividade insalubre.
- h) Durante o estado de calamidade pública decorrente da Covid-19 também poderão ser adotados os regimes especiais de compensação horária previstos na convenção coletiva específica da categoria para enfrentamento da pandemia, obedecidas as condições nelas especificadas.

## **Intervalos para Descanso**



#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - INTERVALOS ENTRE TURNOS**

O intervalo entre um turno e outro, para almoço, não poderá ser inferior a 1 (uma) hora, e nem superior a 2 (duas) horas.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - INTERVALO PARA LANCHES**

Os intervalos usados para lanche serão computados como tempo de serviço na jornada de trabalho dos integrantes da categoria.

#### **Controle da Jornada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - REGISTRO DE JORNADA**

As empresas têm a obrigação de utilizar livro-ponto ou cartão mecanizado, com obrigatoriedade do empregado registrar sua presença no trabalho, consignando o horário de início e de término de cada turno da jornada, bem como a jornada extraordinária.

#### **Faltas**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - ABONO DE FALTAS PARA CONSULTAS MÉDICAS**

O empregador fica obrigado a abonar as faltas ao serviço do empregado no caso de consulta médica ou internações hospitalares de seus filhos, menores de 07 (sete) anos de idade ou excepcionais, mediante comprovação médica. O benefício fica limitado a 06 (seis) faltas por ano.

#### **Outras disposições sobre jornada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CURSOS E REUNIÕES**

Os cursos e reuniões promovidos pelo empregador, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho ou considerados como trabalho extraordinário, se realizados após.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - TERÇA-FEIRA DE CARNAVAL**

Fica estabelecido que na terça-feira de carnaval as empresas não poderão utilizar a mão de obra de seus empregados, salvo previsão em sentido contrário em Acordo Coletivo de Trabalho com a participação do sindicato empresarial.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - TRABALHO EM FERIADOS**

É proibido o trabalho de empregados nos feriados nos estabelecimentos comerciais representados pelos sindicatos acordantes, salvo disposição em sentido contrário prevista em Acordo Coletivo de Trabalho com a participação do sindicato patronal respectivo.

**Parágrafo único** – Nos feriados de 15 de fevereiro de 2020 a 28 de fevereiro de 2021, o trabalho de empregados fica limitado as empresas empregadoras que aderiram a convenção coletiva especial de trabalho firmada em 21/04/2020 pelos sindicatos ora convenientes e registrada sob n. RS000596/2020.

#### **Férias e Licenças**

##### **Outras disposições sobre férias e licenças**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS PROPORCIONAIS**

O empregado que se demite antes de complementar 12 (doze) meses de serviço tem direito a férias proporcionais.

#### **Relações Sindicais**

##### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - QUADRO MURAL**

O empregador deverá permitir a colocação de um quadro mural de avisos, em local visível, preferencialmente junto ao relógio-ponto, destinado à fixação dos informes relativos às atividades desenvolvidas pelo sindicato profissional.

#### **Acesso a Informações da Empresa**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - RELAÇÃO DE ADMITIDOS E DEMITIDOS**

Os empregadores deverão encaminhar ao sindicato profissional cópia das relações de empregados admitidos e demitidos, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao fato.

#### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - MENSALIDADE SINDICAL**

Ficam as empresas obrigadas a descontar de seus empregados, associados ao sindicato profissional, a importância mensal fixada em assembleia geral. Tal valor deverá ser repassado ao Sindicato até o quinto dia útil do mês subsequente ao desconto, através de guias próprias a serem fornecidas pelo mesmo ou outra forma de cobrança a ser aprovada na assembleia.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Para a efetivação dos descontos mencionados no caput, deverá o PRIMEIRO CONVENIENTE entregar aos empregadores a relação de associados, bem como a autorização dos mesmos para o desconto em folha, conforme disposto no art. 545 da CLT.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAIS/VIGÊNCIA**

Fica prevista que as Contribuições Assistenciais poderão ser cobradas após a vigência da presente Convenção, contudo, somente após o fechamento da Convenção.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL DOS EMPREGADOS**

O Sindicato dos Empregados no Comércio de Taquara ajusta o pagamento por empregados por ele representados e alcançados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, de contribuição negocial instituída na forma do art. 513, "e", da CLT, respeitado o disposto no art. 611-B, XXVI, do mesmo diploma legal.

**PARÁGRFO PRIMEIRO** - Os empregadores descontarão de seus empregados, a título de contribuição negocial, a importância correspondente a 1 (um) dia de salário do piso dos empregados em geral, nos meses de **JANEIRO/2021 e FEVEREIRO/2021**, recolhendo os respectivos valores aos cofres do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA, até o 5º dia útil do mês subsequente ao do desconto, sob pena das cominações previstas no art. 600, da CLT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As contribuições em favor do sindicato dos empregados, previstas nesta cláusula, em caso de demanda judicial ajuizada por empregado que pretenda a devolução das mesmas, serão de responsabilidade exclusiva do sindicato dos empregados, que assume a responsabilidade pela devolução dos valores em tais casos, exceção feita a eventuais indenizações em caso de dolo ou de culpa do empregador na efetuação dos descontos judicialmente contestados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O sindicato dos empregados consigna que conforme deliberado na assembleia da categoria profissional é assegurado o direito de oposição pelo empregado, manifestado individualmente e por escrito à entidade sindical conveniente, em até 10 dias da publicação pela entidade laboral do extrato da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) em jornal de circulação da área de abrangência da CCT.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL**

As empresas representadas pelo **Sindicato do Comércio Varejista do Vale do Paranhana** ficam obrigadas a recolher a título de contribuição assistencial/negocial, **em única parcela, até o dia 31 de dezembro de 2020**, mediante guias próprias em estabelecimentos bancários indicados, os valores fixados conforme a tabela abaixo:

As empresas que não possuem empregados ficam obrigadas ao recolhimento da contribuição assistencial/negocial mínima, no valor de R\$ 106,00 (cento e dois reais e trinta centavos), **até o dia 31 de dezembro de 2020**. Já as demais empresas ficam obrigadas ao recolhimento dos valores indicados na tabela abaixo:

Nº de Empregados:	Valor a pagar:
Vencimentos: 31/12/2020	
Nenhum empregado	R\$ 106,00
De 01 a 05 empregados	R\$ 280,00
De 06 a 10 empregados	R\$ 560,00
De 11 a 14 empregados	R\$ 840,00
Acima de 15 empregados	R\$ 1.500,00

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Empresas associadas ao **Sindicato do Comércio Varejista do Vale do Paranhana** ficam isentas do recolhimento da contribuição assistencial/negocial fixada na presente cláusula.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A contribuição assistencial será aplicada em benefícios assistenciais para a categoria, para implementação de programas de desenvolvimento do comércio em geral e para atender as despesas oriundas da presente Convenção Coletiva de Trabalho (editais e publicações, honorários profissionais, assembleias gerais extraordinárias).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Fica estabelecido que qualquer discussão que envolva a contribuição em favor do sindicato das empresas prevista nesta cláusula é de responsabilidade exclusiva do sindicato patronal, restando indene o sindicato laboral.

#### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL**

As empresas que desejam homologar suas rescisões contratuais junto ao sindicato profissional deverão apresentar no ato homologatório da rescisão contratual as guias de Contribuição Sindical e Assistencial, referentes à última Convenção Coletiva de Trabalho vigente, recolhidas em favor das entidades convenentes ou a Certidão de Regularidade Sindical fornecida por estas.

#### **Outras disposições sobre representação e organização**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - DIVULGAÇÃO DO PLR**

As PARTES CONVENENTES se comprometem a divulgar e incentivar os seus associados referente à lei da participação dos empregados nos lucros e resultados das empresas.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - ELEIÇÃO DE CIPA**

As empresas deverão comunicar ao sindicato profissional acordante, com antecedência de 30 (trinta) dias, a eleição da CIPA.

#### **Disposições Gerais**

## **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - PRORROGAÇÃO E REVISÃO DESTA CONVENÇÃO**

O processo de revisão ou prorrogação da presente Convenção Coletiva de Trabalho far-se-á mediante provocação por escrito de qualquer uma das partes com antecedência mínima de 30 (trinta dias) do término de sua vigência, através da negociação direta entre os convenentes.

#### **Outras Disposições**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - RETOMADA DAS NEGOCIAÇÕES**

Os sindicatos acordantes estabelecem que irão retomar as negociações a partir de 1º de abril de 2021 para negociação das cláusulas de natureza econômica.

LUCIA LADISLAVA WITCZAK  
Procurador  
SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA

ELVIO DE OLIVEIRA VARGAS  
Procurador  
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA SEC TAQUARA**

[Anexo \(PDF\)](#)